



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº , DE 2015

(Do Sr. Miguel Haddad)

Solicita informações ao Ministério das Cidades quanto à destinação de recursos para publicidade e propaganda no âmbito daquela Pasta.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Exa., com base no art. 50, §2º, da Constituição Federal, e nos arts. 115 e 116, do Regimento Interno, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Senhor Ministro de Estado das Cidades, no sentido de esclarecer esta Casa quanto aos seguintes pontos:

1. Valores dos recursos orçamentários e financeiros destinados e efetivamente realizados para as ações de publicidade e de propaganda no âmbito daquela Pasta, no período de janeiro de 2012 a setembro de 2015, mesmo que realizados pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República – SECOM ou por meio de qualquer convênio;
2. Os valores mencionados no item anterior devem ser detalhados anualmente e por anunciante, incluindo as ações divulgadas, os veículos (incluindo nome da emissora de rádio ou de televisão, da revista, jornal ou publicação, ou do sítio de internet), os tempos e/ou

espaços de divulgação, a periodicidade dos anúncios, e os períodos (dia, mês e ano do início e do final da divulgação);

3. Valores dos recursos orçamentários e financeiros destinados à confecção de impressos para fins de divulgação e publicidade de ações do Ministério, no período de janeiro de 2012 a setembro de 2015, detalhados por ação, incluindo quantidades de impressos por tipo, planos e lugares de distribuição.

JUSTIFICAÇÃO

A realidade econômica das finanças públicas é de notória deterioração nos últimos anos. Em contrapartida, o governo vem exigindo enormes sacrifícios de toda a população brasileira, que já não mais suporta elevações de custos e de impostos para cobrir gastos que nem mesmo conhece ou que estão muito distantes de um país em crise.

Um dos segmentos que ainda exige muito mais transparência do que se tem devolvido ao povo é certamente o da propaganda e da publicidade. Em momentos de dificuldade, o mínimo que se pode esperar de um governo é a forte diminuição de seus gastos publicitários, acompanhada de uma priorização e de total clareza das ações empreendidas.

No entanto, não é o que acontece no Brasil. Sob o manto da aglomeração dos gastos, os cidadãos desconhecem as ações realizadas, em seus detalhes e em seus custos. Nem mesmo sabe se os dispêndios estão concatenados com as necessidades mais prementes, como o saneamento básico e a mobilidade urbana. O modelo utilizado é de tal forma confuso, que muitos dos gastos “desaparecem” da contabilidade das pastas ministeriais e são transferidos para as grandes rubricas da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República ou de convênios celebrados com outros órgãos públicos ou mesmo com organizações internacionais ou não governamentais.

Esta Casa Legislativa tem, em sua nobre missão, o dever de fiscalizar e de dar maior transparência à gestão pública. O Requerimento que ora protocolamos visa exatamente jogar um pouco de luz sobre o obscuro mundo da publicidade governamental. A área das Cidades é de vital importância para o dia a dia de todos os cidadãos e suas ações de publicidade precisam ser rigorosamente focadas.

Requeremos, portanto, ao Ministro das Cidades as informações detalhadas de gastos em todas as ações de publicidade, por ação e por veículo, incluindo as realizadas por meio de terceiros. Ao recebermos as informações solicitadas, poderemos realizar uma avaliação das prioridades do governo e a correlação destas prioridades com as necessidades mais urgentes de nosso povo.

Sendo assim, encaminhamos este Requerimento de Informação para que possamos conhecer em detalhes a alocação e a aplicação dos recursos orçamentários e financeiros destinados às ações de publicidade e propaganda no âmbito do Ministério das Cidades.

Sala das Sessões, em de de 2015.

Deputado Miguel Haddad